

Editorial

A Revista da AJURIS está vinculada ao Centro de Pesquisas “Judiciário, Justiça e Sociedade”, mantido pela Escola Superior da Magistratura/AJURIS, publicando artigos que se enquadrem nas linhas de pesquisa de tal Centro, bem como de seus vários núcleos de estudo.

Nossa revista, ao longo dos últimos 38 anos de ininterrupta publicação, sempre primou pela excelência dos artigos publicados, abrangendo temas que passeiam pelo Direito Público e Privado, material e processual, de interesse permanente de todos os operadores jurídicos.

O número que ora é dado à luz não foge dessa história e dessa expectativa. Abrange temas que passa pelo **Direito Público** (“*A sanção de inconstitucionalidade: nova proposta de estudo para um velho problema*”, de Antonio Carlos Ferreira de Souza Júnior; “*Justiça e decisão: a vinculação do judiciário aos valores de justiça*”, de Carolina Souza Torres Blanco; “*O princípio da responsabilidade do Estado e a violação do direito à administração pública: democratização da função administrativa*”, de Leonel Pires Ohlweiler), pelo **Direito Privado** (“*Do caminho percorrido pelo dano existencial para ser reconhecido como espécie autônoma do gênero ‘danos imateriais’*”, de Flaviana Rampazzo Soares), pelo **Direito Processual** (“*Aspectos inconstitucionais da execução fiscal*”, de Daniel Henrique Rennó Kisteumacher; “*O objeto litigioso do processo judicial previdenciário*”, de Enrique Feldens Rodrigues; “*Peter Häberle e os primeiros aportes por uma concepção cultural de processo*”, de Rafael José Nadim de Lazari), pelo **Direito Penal** (“*Imputabilidade penal: considerações históricas e interdisciplinares – uma aproximação perigosa do positivismo criminológico e a superação humanística*”, de Érica Babini Lapa do Amaral Machado; “*O direito da antidiscriminação e a criminalização da pederastia pelo Código Penal Militar*”, de Roger Raupp Rios, Gilberto Schäfer e Felipe Farias Borba) e pelo **Direito Comparado** (“*A tutela aquiliana da pessoa humana: os interesses protegidos. Análise de direito comparado*”, de Eugênio Facchini Neto). Publicam-se dois estudos de **análise crítica de jurisprudência** (“*Comentário de jurisprudência do STF sobre a ADPF 165/DF – garantia constitucional ao direito de diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança*”, de Daniele Viafore e Fernanda dos Santos Macedo; “*Conceito de pessoa com deficiência: comentário à ADPF 182 do STF*”, de Michelle Dias Bublitz), bem como um artigo sobre **função judicial** (“*Ativismo e legitimidade: província democrática para a criação judicial do direito*”, de Lucas Seixas Baio). Também é publicado um artigo de emérito autor estrangeiro: Miguel Carbonell (“*Sobre la Constitución viviente*”).

Como o leitor pode verificar, apesar da diversidade temática, todos os artigos são de permanente atualidade, selecionados por uma ampla gama de revisores, pelo sistema de *double blind review*.

Aos nossos fiéis leitores e assinantes, desejamos uma proveitosa leitura.

Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet,
Diretor da Revista

Prof. Dr. Eugênio Facchini Neto,
Coordenador do Conselho Editorial